TRABALHO E LUTA POR RECONHECIMENTO SOCIAL DE MULHERES CATADORAS: A EXPERIÊNCIA DE UMA ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM DE ERECHIM/RS

Renata de Jesus[1]
Everton Lazzaretti Picolotto[2]

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar como a luta pela fundação de uma associação de reciclagem pode ser enquadrada dentro do escopo do reconhecimento social de determinados setores da sociedade. As associações de reciclagem da cidade de Erechim/RS, são fruto de um processo de luta social, com intenso protagonismo de catadores e catadoras, carrinheiros e carrinheiras. A associação de reciclagem A4, inaugurada em 2009, mobilizou diversos setores para sua fundação, com destaque para a presença significativa dos carrinheiros e carrinheiras, catadores e catadoras, principalmente das mulheres que desempenhavam a ocupação de catadoras de materiais recicláveis. As mulheres compõem a maioria na associação A4 e são as principais responsáveis pelo funcionamento e manutenção da associação. Através de revisão bibliográfica e da utilização

[1]Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria/RS. E-mail: renatadejesus96@gmail.com
[2]Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria/RS. E-mail: everton.picolotto@ufsm.br

de dados secundários, o presente estudo analisa aspectos acerca da formação da associação de reciclagem A4, da questão de gênero e mercado de trabalho, busca abordar algumas das especificidades das mulheres catadoras, com vistas a analisar o processo de constituição da associação, enquadrado no rol das lutas por reconhecimento social de setores que se encontram em vias marginais na sociedade.
Palavras-chave: Trabalho; Associações de reciclagem; Mulheres catadoras; Reconhecimento social.

Title: Work and struggle for social recognition of female waste pickers: the experience of a recycling association in Erechim/RS

Abstract: This article aims to analyze how the struggle for the foundation of a recycling association can be framed within the scope of social recognition of certain sectors of society. The recycling associations in the city of Erechim/RS are the result of a process of social struggle, with intense protagonism of pickers, carrinheiros and carrinheiras. The A4 recycling association, inaugurated in 2009, mobilized several sectors for its foundation, with emphasis on the significant presence of pickers, especially women who worked as pickers for recyclable materials. Women make up the majority in the A4 association and are primarily responsible for the functioning and maintenance of the association. Through a bibliographic review and the use of secondary data, the present study analyzes aspects about the formation of the A4 recycling association, the issue of gender and the labor market, seeks to address some of the specificities of women collectors, in order to analyze the process of constitution of the association, framed in the list of struggles for social recognition of sectors that are on marginal paths in society.
Keywords: Work; Recycling associations; female Waste pickers; Social recognition.

Introdução:

A cidade de Erechim localiza-se na Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Fundada em 1918, possui uma população estimada para o ano de 2020 de 106.633 habitantes. O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 2,5 salários mínimos (IBGE, 2019). Os sistemas cooperativos fazem parte da economia da cidade desde a sua constituição, as quais se detinham ao comércio de insumos agrícolas e produtos alimentícios produzidos pelos agricultores na zona rural do município. (BENINCÁ, 2006). A tradição de organizar, produzir e comercializar bens de forma cooperativa vem desde as origens da colonização desta região, especialmente, por imigrantes de origem europeia (alemães, italianos, portugueses, poloneses etc.), que viriam a se instalar em pequenas propriedades rurais, grupos indígenas e negros (estes últimos, na maioria das vezes, preteridos do acesso às propriedades das terras.

Em 1938, existiam várias pequenas cooperativas que exerciam a atividade de comercialização de produtos, principalmente de base agrícola. Em 1957, com a intenção de comercializar o trigo dos agricultores rurais da região, surge a COTREL (Cooperativa Tritícola Erechim Ltda) e a COTRIGO (Cooperativa Tritícola de Getúlio Vargas). A partir dos anos de 1990, as cooperativas se expandem na região, se tem a criação de cooperativas como a CRERAL (Cooperativa Regional de Eletrificação do Alto Uruguai, e a CRESOL (Cooperativa de crédito com Interação Solidária). (BENINCÁ, 2006). Cabe ressaltar que, por mais que tenham um formato cooperativo, esses empreendimentos, não necessariamente, se guiam pelo escopo da economia solidária, em alguns casos se aproximam bastante de modelos ligados à economia de mercado.

Com o crescimento da cidade de Erechim/RS e a migração de muitos trabalhadores e trabalhadoras das áreas rurais do município e da região para as periferias e o centro urbano da cidade nas últimas décadas, problemas foram surgindo como o tema do lixo. De um lado, existia grande quantidade de materiais descartados na cidade, gerando custos para a coleta e o descarte dos materiais, bem como acarretando problemas ambientais no chamado "lixão" da cidade. De outro, muitos indivíduos sem oportunidades de empregos, os quais assumiram a coleta dos materiais descartáveis como seu trabalho e sua principal fonte de renda, no entanto, essas pessoas não eram bem recebidas pelos moradores e empresários das áreas centrais da cidade, sua presença nesses espaços também passa a ser vista como um problema.

Após o fechamento do lixão na cidade de Erechim/RS, por volta dos anos 2000, e de luta com o protagonismo dos catadores/catadoras, carrinheiros / carrinheiras[3], junto a entidades como a Ong CEPO (Centro de Educação Popular), assessora de diversas organizações associativas e sindicatos rurais e urbanos na região, a prefeitura municipal, a IAF (InterAmerican Fundation), foram formadas no município algumas associações de reciclagem. A Associação de reciclagem A4[4] faz parte desse escopo, fundada no ano de 2005, inaugurada em 2009 com espaço próprio, em um galpão em comodato com a prefeitura, passa a atender a demanda esboçada por carrinheiros/carrinheiras, que realizavam a atividade de catar materiais recicláveis nas ruas da cidade e por catadores/catadoras, que catavam os materiais recicláveis no lixão da cidade. A importância de fundar essa associação estava atrelada à busca pela garantia de trabalho e renda, com vistas a possibilitar melhorias das condições sociais de pessoas que tinham na atividade de separação dos resíduos sua principal fonte de renda.

Este trabalho, fruto de investimentos relacionados à pesquisa de mestrado da primeira autora, propõem-se trazer para o foco de análise algumas reflexões iniciais acerca da constituição de um espaço associativo por pessoas que se encontram ocupando vias marginais do mercado de trabalho formal, e que se encontram alocadas em contextos de faltas e vulnerabilidades. A análise é de cunho qualitativo, através da revisão bibliográfica, da utilização de dados de fontes secundárias e de entrevistas com diferentes agentes envolvidos na cadeia da reciclagem em Erechim/RS, busca-se problematizar alguns aspectos acerca da formação da associação de Reciclagem A4.

A análise aqui esboçada, busca trazer à tona como ocorreram os processos de luta pela constituição do galpão de reciclagem da associação A4, que pode ser enquadrada como uma luta por reconhecimento social, a qual teve forte protagonismo dos catadores e das catadoras. Destaca-se também, aspectos acerca do desempenho da ocupação de catador/catadora de materiais recicláveis, com vistas a problematizar como questões estruturais acerca do gênero e do mercado de trabalho, podem ser visualizadas em espaços que se propõem atuar sob o viés da economia solidária.

[3]De acordo com Giroto (2012), essa denominação abrange os catadores e catadoras independentes, que circulam pelo espaço urbano a procura dos materiais recicláveis, que são depositados em um carrinho de tração humana, guiado por um ou mais indivíduos.
[4]Por questões de ética envolvendo a pesquisa científica optou-se por não se explicitar o nome da associação de reciclagem.

2. Associação de Reciclagem A4

Após do fechamento do lixão, foram fundadas as associações de reciclagem em Erechim/RS. As condições em que se encontravam esses trabalhadores/trabalhadoras que tinham como fonte de renda o trabalho com a separação dos resíduos, foi uma das justificativas apontadas por Giroto (2012) para a criação desses espaços. A autora pontua que a realidade dos catadores/catadoras, carrinheiros/carrinheiras era marcada pela exclusão e precariedade, os quais "realizavam a atividade de classificação e recolhimento do material reciclável em condições de extrema desumanidade no lixão do município" (GIROTO, 2012, p. 52).

Além do lixão, a autora destaca outra preocupação, relacionada à atividade de catar materiais recicláveis nas ruas do centro da cidade, realizada pelos denominados carrinheiros/carrinheiras, os quais estavam enquadrados um em cenário de desumanização, constantemente expostos às intempéries como os fenômenos da natureza, às violências diversas e a insegurança no trânsito (GIROTO, 2012). Pode-se acrescentar junto a isso, a violência simbólica ligada aos estigmas e preconceitos que perpassam por aqueles e aquelas que desempenham a ocupação de catador/catadora de materiais recicláveis.

Historicamente essa ocupação foi desenvolvida tendo a precariedade como regra. A falta de oportunidades nos espaços de trabalho formais, a baixa escolaridade, a intermitência em ocupações de baixo prestígio social, braçais e insalubres, a limitação em termos de políticas públicas que beneficiassem catadores e catadoras, são alguns dos fatores que tornam a atividade e seu desempenho precários. A atividade de catar materiais pode ser abordada como um elo que une esses diferentes sujeitos e sujeitas em busca de um objetivo comum: a sobrevivência. (PEREIRA; DAL SECO; CARVALHO, 2014).

A associação A1, fundada em fevereiro de 2001, constitui-se como a primeira associação de catadores do município. Atualmente, Erechim/RS possui cinco associações de catadores e catadoras institucionalizadas, os resíduos secos da coleta seletiva são destinados a essas associações através de parceria com a prefeitura. O processo de fundação da associação A4 iniciou-se no ano de 2005. Para isso, alguns setores sociais foram mobilizados, dentre eles a Prefeitura Municipal da cidade de Erechim, ONGs como o Centro de Educação Popular (CEPO), a Fundação Interamericana, e a participação de carinnheiros/carinheiras e catadores/catadoras. Em 2007, por meio de uma doação do poder público municipal conseguiu-se o terreno para a construção do galpão de reciclagem. Em março

de 2009, em regime de comodato do espaço com a prefeitura, foi inaugurada a associação, cuja abrangência englobou principalmente os indivíduos residentes nos antigos bairros São Vicente de Paulo e Vila União.

A intenção era atender a demanda esboçada pelos carrinheiros/carrinheiras e catadores/catadoras, órgãos públicos e a população em geral. O objetivo era fazer com que as pessoas que exerciam a atividade de catador/catadora nas ruas ou no lixão da cidade fossem alojadas em um espaço coberto e seguro para desenvolver seu trabalho. Partiu-se, assim, do pressuposto de que esses sujeitos/sujeitas estariam exercendo suas atividades laborais sob um teto e em melhores condições de trabalho, no que se refere a fatores como segurança, saúde e infraestrutura.

A participação das mulheres, catadoras e carrinheiras, nos processos de constituição das associações de reciclagem do município de Erechim/RS, merece destaque, elas detêm o protagonismo até os dias atuais. Na associação de reciclagem A4, das treze pessoas que exercem suas atividades laborais como catadoras, nove são mulheres, algumas se autodeclaram pretas ou pardas[5]. As mulheres são as principais responsáveis pela manutenção e pelo funcionamento do espaço associativo. Exercem, desde atividades que exigem força física àquelas ligadas aos espaços de poder e tomada de decisões, como presidência, vice-presidência e tesouraria. "Dos carrinheiros/carrinheiras que iniciaram a organização, 80% eram mulheres, com faixa etária entre 24 e 70 anos" (GIROTO, 2012, p.62).

Práticas de cooperativismo e de economia solidária podem surgir como alternativas ao modo de produção e distribuição de mercadorias no sistema capitalista (SINGER,2002), ou como uma alternativa de organização dentro do capitalismo. (LIMA,2004). O cooperativismo e o associativismo estão entre as formas de economia solidária, que seguem a lógica do modelo autogestionário e democrático. Essas formas de organizar a produção surgem como uma alternativa para a inclusão, por meio da geração de postos de trabalho, e podem congregar indivíduos marginalizados que vivem de modo precário. (MARTINS, 2005)

Esses espaços de trabalho podem chamar a atenção do público feminino. Fatores como a possibilidade de construir seus próprios horários, flexibilidade em relação à assiduidade cotidiana no trabalho, geração de renda e conciliação das atividades laborais com o trabalho doméstico e o reprodutivo são alguns dos destaques. Para Cherfem (2016) e Antunes (2006), o fato das cooperativas de

[5]Fonte: Empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços LTDA-ME, set. 2020

reciclagem terem um número significativo de mulheres na catação de materiais, ocorre também devido a causas mais estruturais ligadas ao mercado de trabalho como as altas taxas de desemprego no final da década de 1990, início dos anos 2000, a precarização, flexibilização do trabalho e a reestruturação produtiva.

Processos estruturais ligados ao mercado de trabalho, impactam de forma direta no acesso as oportunidades de emprego para alguns setores sociais, como no caso das mulheres. A seguir, analisamos a questão de gênero e trabalho, considerando, principalmente as catadoras de materiais recicláveis, uma vez que as mesmas estão alocadas em um espaço de faltas e vulnerabilidades latentes.

3. Questões de gênero e mercado de trabalho

Para Antunes (2019), o processo de precarização estrutural do trabalho está ligado ao processo de eclosão da crise estrutural do capital. De acordo com o autor, esse processo se configura no aumento da exploração da força de trabalho (superexploração), do desemprego, que amplia fatores como a informalidade, a terceirização e a precarização. Ao falarmos de precarização nos referimos ao processo de redução e de supressão dos direitos laborais, o qual se manifesta em torno das proteções e das garantias do trabalho assalariado. A redução desses direitos faz com que se tenha a emergência de trabalhos precários. (CATTANI; HOLZMANN, 2011)

Para Robert Castel (1998) o processo de precarização do trabalho está atrelado à decadência da condição de assalariado das pessoas que vendem sua força de trabalho para subsistência, esse fenômeno tornou-se uma questão social nas sociedades contemporâneas. Com a fragilização dos sistemas de regulações e direitos que garantiam a proteção desses trabalhadores e trabalhadoras, o corpo social se desintegra, pois, o trabalho constituído como integrador social, fonte de identidade, que assegurava uma posição para os indivíduos, deixa de existir ou se encontra tão precarizado, que não serve mais como complemento capaz de unir os indivíduos e a sociedade.

Com isso, a precariedade do trabalho, o desemprego estrutural, junto com a fragilização da condição de assalariado, através da perda das proteções e garantias destinadas a esses trabalhadores e trabalhadoras, reflete nos modos de vida e nas relações estabelecidas pelos indivíduos em seus grupos sociais, nas zonas de integração, a que pertencem. Aqueles e aquelas que perdem o emprego e não

conseguem se realocar novamente no mercado de trabalho, são denominados de *supranumerários* ou os *inúteis para o mundo*, os quais irão depender de políticas governamentais para sobreviver, ou do contrário estarão em situação de vulnerabilidade, uma vez que a única renda que obtida é por meio da venda de sua força de trabalho (CASTEL, 1999).

A precarização ocorre por meio de um processo, que para Antunes (2019) é cíclico, podendo aumentar e/ou diminuir. Assim, surge uma nova classe: o precariado:

> [...] o precariado é um setor diferenciado da classe trabalhadora, em suas heterogeneidades, diferenciações e fragmentações. Nos países capitalistas avançados, os mais precarizados, sejam jovens, imigrantes, negros etc., que compõem o precariat, já nascem sob o signo da corrosão dos direitos e lutam de todos os modos para conquistá-los. Por outro lado, os setores da classe trabalhadora mais tradicionais, herdeiros do welfare State, lutam para impedir o desmoronamento ainda maior de suas condições de trabalho. Esses dois polos fundamentais da mesma classe-que-vive-do--trabalho, em sua aparente contradição, parecem ter seu futuro indelevelmente ligado: o jovem precariado, em suas lutas, quer o fim da precarização completa que o avassala e sonha com um mundo melhor. (ANTUNES, 2019, p.5-6)

A classe que compõem o precariado, de acordo com o Antunes (2009), deve buscar a união, pois somente assim conseguirá contrapor com maior força a organização lógica do capital. Essa nova classe deve ter a capacidade de articular resistência, organização e confrontação, enquanto classe de trabalhadores/trabalhadoras frente ao sistema. Ao esboçarmos uma análise, considerando o exposto acima, apontamos as mulheres como componentes desse precariado, uma vez que o gênero, além de moldar as relações sociais, também apresenta um conjunto de especificidades para as mulheres no mercado de trabalho, como pode ser visualizado nas oportunidades restritas, no acesso e na permanência das mulheres em seus empregos.

Para Martins (2005), algumas mulheres estão alocadas em empregos não qualificados ou pouco qualificados, desenvolvendo tarefas monótonas e de ciclos curtos, que tem como pré-requisito destreza manual e atenção. Assim,

a mão-de-obra masculina é exercida e guiada por critérios diferentes da mão--de–obra feminina. "Essa diferenciação está relacionada ao processo de divisão sexual do trabalho, que segue um padrão de discriminação sexual subjetiva, e é reforçada por noções preconcebidas sobre o que seriam tarefas tipicamente masculinas e femininas. " (MARTINS, 2005, p. 68)

De acordo com Safiotti (2013), nas sociedades fundadas sob a divisão em classes sociais, a questão de gênero acaba colocada como ponto de partida para determinar a posição social das mulheres, servindo para a imposição de barreiras no que refere a sua integração no desenvolvimento das forças produtivas. Para a autora, o gênero como marca social faz com que as mulheres ao adentrarem no mercado de trabalho estejam expostas a um nível de exploração elevada ao máximo. A intensificação do trabalho, as jornadas estendidas, os salários mais baixos em relação aos colegas do sexo masculino, a concentração da força de trabalho feminina na esfera do setor terciário de serviços, maiores ocupações em tempo parcial, de baixo prestígio social e regimes de trabalho mais vulneráveis, repetitivos e fragmentários, são algumas das questões pontuadas por Safiotti (2013).

As especificidades das mulheres no mercado de trabalho eram consideradas somente sob o viés que impunham na relação familiar. As experiências do público feminino no trabalho assalariado e na vida pública eram pautadas como se fossem determinadas pela maternidade. Logo, as mulheres não eram vistas como cidadãs ou trabalhadoras, mas como mães ou boas dona de casa. Essa mentalidade perpassava também pelas funções que exerciam em seus empregos. (LOBO, 1991)

Para Biroli (2016), a distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é uma questão central para se pensar as formas de exploração do sistema patriarcal no mundo capitalista. O trabalho doméstico e reprodutivo que as mulheres realizam de forma gratuita dentro do casamento, garante livre acesso do homem para circular por outras esferas da vida social, como o mercado de trabalho remunerado. No entanto, ao sair da esfera do ambiente privado do lar, o mesmo trabalho ganha valor econômico. Ao prosseguir com sua argumentação, a autora expõe que os efeitos desse fenômeno se apresentam nas ocupações desempenhadas pelas mulheres fora de casa, as quais concomitantemente tornam--se pretextos para ampliar a exploração do sistema capitalista sobre o trabalho das mulheres. Os níveis de exploração também estão ligados à posição ocupada pelas mulheres na esfera social, para a autora:

> Há, de fato, um tipo de exploração que se efetiva porque o trabalho doméstico é realizado pelas mulheres – mas isso não significa que seja realizado nas mesmas condições por mulheres brancas e negras, pelas mais ricas e pelas mais pobres. Ao mesmo tempo, o acesso ao mercado de trabalho também se dá de forma distinta, segundo raça e posição de classe das mulheres. Se levamos em consideração esses dois fatos conjuntamente, a conexão entre divisão sexual do trabalho não remunerado e do trabalho remunerado organiza as vidas das mulheres, mas o faz de maneiras distintas e as afeta de forma e em graus desiguais. (BIROLI, 2016, p. 732).

No que se refere ao desempenho da ocupação de catadora de materiais recicláveis, após observar catadoras inseridas dentro de uma associação de reciclagem, como é o caso das mulheres catadoras da associação A4, por mais que elas exerçam as mesmas atividades que os homens dentro do espaço da associação, a preocupação com atividades ligados ao universo privado, como as ocupações domésticas e reprodutivas perpassam somente por elas.

Kergoat (2006) propõe pensar questões de gênero de forma consubstancial, de modo a fazer uma de releitura da realidade social. A consubstancialidade parte do pressuposto de que não há contradições principais e contradições secundárias implicadas em uma categoria analítica, nenhuma relação social deve se sobrepor a outra. Assim, o gênero pode aparecer como uma das configurações que moldam as relações sociais ou não. Com isso, a autora expõe que é possível:

> [...] desnaturalizar radicalmente as construções que se baseiam na diferenciação das desigualdades, sem com isso perder de vista a dimensão concreta das relações sociais. Essa analise vai contra a ideia de que, por exemplo, as relações de classe se inscrevem unicamente na instancia econômica, e as relações patriarcais, unicamente na instancia ideológica. Cada um desses sistemas possui suas próprias instancias, que exploram economicamente, dominam e oprimem. Estas instancias articulam-se entre si, de maneira intra e intersistêmica. (KERGOAT, 2006, p. 99)

Para Kergoat (2006), as relações de raça, classe e gênero são relações de produção, entrecruzadas pela exploração, dominação e opressão. A autora ainda atenta para a necessidade de analisar de forma minuciosa como alguns grupos se apropriam do trabalho de outros, no que se refere às relações de gênero, essas disputas aparecem na divisão sexual do trabalho e no controle da sexualidade e da reprodução femininas.

Kergoat (2006) destaca que a divisão sexual do trabalho possui formas instáveis no tempo e no espaço e é regida por alguns princípios que organizam as relações sociais, como a separação entre trabalho masculino e feminino, em que ao trabalho desenvolvido pelos homens é atribuído um valor maior, em detrimento do desempenhado pelas mulheres. Visto que, as mulheres compõem maioria o desempenho da ocupação, a seguir procuramos apontar de forma breve: quem são elas? Porque exercem essa atividade em detrimento de outras? Como direcionar um olhar *consubstancial* para essas sujeitas?

4. Mulheres catadoras: Alguns apontamentos

De acordo com dados do Movimento Nacional dos Catadores de Material Recicláveis (MNCR), a presença de mulheres na atividade de catação de materiais recicláveis pode chegar à 70% (IPEA, 2013; MNCR, 2014). Há uma relação entre a precarização das condições de trabalho e a predominância das mulheres nessa atividade (CHERFEM, 2016). Para a autora, o fato dessa ocupação não exigir alta formação profissional, atrai um número significativo de mulheres desempregadas com poucas oportunidades no mercado formal de trabalho.

Catador/catadora de materiais recicláveis se constitui atualmente no Brasil como uma ocupação, fazendo parte desde o ano de 2002 da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). "Consiste em catar, separar, transportar, acondicionar e, às vezes, beneficiar os resíduos sólidos com valor de mercado para reutilização ou reciclagem" (IPEA, 2013, p. 23). Os catadores/catadoras são responsáveis por efetuar cerca de 90% de toda a reciclagem de materiais em âmbito nacional, o número total de pessoas que desempenham a atividade varia entre 800 mil a 1 milhão. (MNCR, 2019). 93,3% dos catadores/catadoras residem em áreas urbanas. (IPEA, 2013)

A maior parte das pessoas que se encontram desenvolvendo a atividade de reciclagem são mulheres. A que categoria de "mulher" estamos nos referindo? Angela Davis (2016) ao abordar o movimento sufragista, no início do século XX, expõe a importância de problematizar a categoria. Davis (2016) pontua que "mulheres" era o critério para participar do movimento, no entanto, as negras e as trabalhadoras, bem como suas demandas e reivindicações não foram consideradas. A autora chama atenção para as especificidades relacionadas à questão de gênero, raça e classe, e como isso impactava socialmente as mulheres que não eram abrangidas pelas políticas reivindicadas pelo feminismo liberal. Enquanto o voto para as mulheres brancas significava um meio para acessar o mercado de trabalho formal, o espaço público, para as mulheres negras e trabalhadoras era uma questão de sobrevivência. (DAVIS, 2016)

O fato de negros e negras serem relegados aos trabalhos mais precários na sociedade é um fator histórico e estrutural (CHERFEM, 2016). Carneiro (2011), nos expõe por meio de uma abordagem histórica o quanto as mulheres negras ainda se encontram postas em condições degradantes na sociedade. A autora também destaca que "a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão" (CARNEIRO, 2005, p.1). Com isso, pontua-se que:

> No caso específico da mulher negra, após a escravidão, a maior parte delas continuou trabalhando nas casas das famílias brancas, nos trabalhos de reprodução; entre eles, no cuidado e na educação dos filhos e das filhas dos antigos senhores. Elas continuaram tendo que realizar o serviço doméstico e atender ao patrão no trabalho produtivo, além de ter que servir à patroa. Algumas ainda eram exploradas sexualmente. (CHERFEM, 2016, p.49)

De acordo com dados do Dieese (2019), a população negra corresponde à 56, 1% das pessoas que vendem sua força de trabalho no Brasil. A taxa de desocupação das mulheres negras é de 16,7% em detrimento das mulheres brancas, que corresponde a 11%. O rendimento médio por hora trabalhada de uma mulher negra é de R$ 10,30 enquanto de uma mulher branca é de R$15,26 (DIEESE, 2019).

A participação de mulheres dentro das cooperativas de reciclagem, em reuniões e na esfera púbica, para Martins (2003), teve um avanço, visto que elas exercem cargos importantes e estão colocadas em espaços de poder, algumas se dedicam também ao exercício da atividade de líderes comunitárias. No entanto, questões ainda surgem, como para Cherfem (2016), que aponta que mesmo nesses espaços que deveriam ser regidos por princípios democráticos e de equidade, a divisão racial e sexual do trabalho se impõem. A luta dos catadores/catadoras para a criação da associação de reciclagem, pode se constituir como uma luta por reconhecimento social, em relação a uma ocupação precária, perpassada por preconceitos e pela sobrevivência de pessoas que, na maioria das vezes não tem oportunidades para acessar outros espaços de trabalho. Para Cherfem (2016):

> Isso acontece em razão de, pelo menos, três fatores que ganham visibilidade na contemporaneidade, quais sejam: o crescimento do colapso ambiental, a falta de oportunidades no mercado de trabalho formal e, consequentemente, a necessidade de obtenção de renda por vias marginais, tendo em vista a baixa escolaridade e experiência dos catadores. (CHERFEM, 2016, p.59)

No que se refere às mulheres, a participação em cargos de liderança e de espaços de poder também perpassa pelo reconhecimento das mesmas enquanto trabalhadoras e cidadãs, bem como na ressignificação da ocupação de catadoras, que é pautada como profissão. Fraser (2006 b) aponta que as lutas por reconhecimento fazem com que se volte a atenção para determinadas especificidades de alguns grupos, os quais podem criá-las performaticamente, atribuindo-lhe valor e promovendo distinção. No próximo tópico, discutiremos de forma breve como a luta pela criação de uma associação de reciclagem também pode ser encarada como uma luta por reconhecimento

5. Luta por reconhecimento social

Ser catador/ catadora de materiais recicláveis é uma ocupação que carrega estigmas e preconceitos. Por isso, ao se juntarem para criar associações, além de emprego e renda, essas pessoas também buscam melhorar ou adquirir esti-

ma social e reconhecimento. Para Cunha (2003), algumas pessoas sobrevivem dos restos que a sociedade põe fora, essas pessoas são os catadores/catadoras de materiais recicláveis. "Um grupo complexo e diversificado e sujeito a profunda rejeição social. " (CUNHA, 2011, p. 54) A autora ainda pontua que:

> Na tentativa de reverter esse processo, vários são os catadores que têm se unido em organizações que Beck nomeia de subpolíticas, como as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis e movimentos nacionais, para lutar pela mudança de sua condição social, promover sua distinção como grupo social legítimo e ressignificar os sentidos originais que lhe são conferidos pelos padrões dominantes do consumismo e das identidades estabelecidas. (CUNHA, 2011, p. 54)

Por vota dos anos 2000, o descarte correto dos resíduos era um problema de destacado de forma constante na mídia local do município. O "problema do lixo", era frase utilizada para caracterizar os conflitos e embates envolvendo o sistema de coleta seletiva, que compreendiam: o descarte e a destinação inadequada dos resíduos, os impasses em torno do lixão, a posição do poder público municipal e da população, o preconceito, o descaso e a falta de empatia da população mediante os carrinheiros e carrinheiras, catadores e catadores.

Vistos como um problema, os catadores e catadoras, carrinheirros e carrinheiras, estavam condicionados a uma situação social de exclusão e marginalidade. Os catadores e catadoras que desempenhavam a atividade de catar materiais no antigo lixão do município, antes do surgimento das associações de reciclagem em Erechim/RS, o faziam de forma extremamente precária e em condições bastante adversas, algumas pessoas chegavam a residir no lixão com a família.

A situação dos carrinheirros e carrinheiras também era complexa. Denúncias e relatos de jornais nos mostram como a sociedade enxergava esses catadores e catadoras que realizavam a separação dos materiais pelas ruas da cidade, com seus carrinhos de tração humana. Eram vistos como aqueles e aquelas que atrapalham o trânsito, como mendigos e delinquentes, expostos, muitas vezes, a situações de escarnio e preconceito, como em denúncia feita por moradores do centro da cidade, na prefeitura municipal, de que os carrinheiros e carrinheiras ao pararem a sombra de uma árvore na região central da cidade estariam "olhando demais" para as residências próximas àquela localidade.

Ao se organizarem junto a prefeitura municipal da cidade, a população e as ONGs, os carrinheiros/carrinheiras, catadores/catadoras de Erechim buscavam lutar por reconhecimento social, para a ressignificação de sua ocupação. O lixo que antes era visto como sujeira adquire outro significado nas mãos de catadores e catadoras, carrinheiros e carrinheiras, e passa a ser reaproveitado, reciclado. Para Fraser (2006 a), as lutas por reconhecimento perpassam pelo ato de aceitação das diferenças culturais dos diversos grupos presentes no meio social, fazendo a tentativa de problematizar as lógicas culturais dominantes e respeitar as reivindicações pelo reconhecimento de minorias étnicas, raciais e sexuais. Essa luta se aglutina a uma luta por redistribuição, que para a autora, caracteriza-se pela distribuição justa dos recursos sociais e da riqueza.

O remédio para as injustiças culturais de acordo com Fraser (2006 b) deve se configurar por uma mudança cultural ou simbólica, que envolve a revalorização das identidades desrespeitadas e a valorização positiva da cultura dos grupos que se encontram difamados na sociedade. "Mais radicalmente ainda pode envolver uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, de modo a transformar o sentido do eu de todas as pessoas." (FRASER, 2006 b, p.2). Uma das críticas que vem sendo elaborada com base na Teoria da redistribuição-reconhecimento, esboçada por Fraser (2007), é de que os movimentos sociais ao focarem suas energias somente no reconhecimento da identidade cultural, em alguma medida acabaram por contribuir com a lógica neoliberal hegemônica.

Pode-se colocar que a organização em empreendimentos solidários também faz parte dessa luta por reconhecimento, visto que a mesma resgata questões ligadas à autoestima e à ressignificação do ser catador/catadora para esse público, se considerarmos que esta ocupação se constitui como uma atividade precária. Assim, a possibilidade de ter emprego, renda e a questão positiva em torno da preservação ambiental, são pontos ligados à ressignificação da ocupação, pautada por quem dela faz parte como profissão. Buscando problematizar essa questão, Martins (2005) aponta que:

> No contexto de propostas alternativas para o desemprego, percebe-se a formação de uma rede de iniciativas diferenciadas que tem em comum a prioridade concedida a trabalhadores que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho. Com nomes diversos, como economia solidária, economia popular,

> economia cidadã, economia comunitária, "outra" economia ou socioeconomia solidária, essas experiências estão, em grande parte, vinculadas a políticas públicas e, muitas vezes, a projetos de desenvolvimento local que se contrapõem à exclusão e ao desemprego ocasionado pelos planos macroeconômicos de cunho neoliberal. (MARTINS, 2005, p. 67)

Martins (2005) ao partir da perspectiva da redistribuição-reconhecimento de Nancy Fraser, aponta que, no tocando aos catadores/catadoras alguns ritos e discursos partem da perspectiva da redistribuição simbólica da carga de preconceito e discriminação que essas pessoas estão sujeitas no contexto social. "Os grupos dos catadores, particularizados pela dureza das condições de trabalho e sobrevivência e pela convivência com agudos preconceitos, ilustram de maneira especial o dilema da redistribuição/reconhecimento. " (MARTINS, 2005).

Com o intuito de pensar a respeito das mulheres catadoras e partindo da perspectiva de Nancy Fraser, poderíamos expor que esse público se encaixa no espectro da redistribuição e do reconhecimento. A redistribuição aparece na precariedade da ocupação que elas desempenham, por meio da reivindicação de melhorias no desempenho de tal atividade. Elas possuem trabalho, renda e acionam discursos em torno do reconhecimento, os quais buscam legitimar a atividade de catação, como a preservação da natureza por meio da reciclagem dos materiais. Para Fraser (2006 b), há alguns grupos que se encaixam em uma esfera de *bivalência*, por suas realidades e corpos perpassam certas especificidades, que os colocam na luta por reconhecimento e por redistribuição ao mesmo tempo.

> Coletividades bivalentes, em suma, podem sofrer da má distribuição socioeconômica e da desconsideração cultural de forma que nenhuma dessas injustiças seja um efeito indireto da outra, mas ambas primárias e co-originais. Nesse caso, nem os remédios de redistribuição nem os de reconhecimento, por si sós, são suficientes. Coletividades bivalentes necessitam dos dois. (FRASER, 2006 b, p. 233)

A autora ainda pontua as coletividades que se aproximam do perfil da classe trabalhadora explorada, compõem o espectro das injustiças ligadas à redistribuição dos recursos. E as coletividades que se aproximam do desprezo designa-

do pela sociedade, em relação àquele grupo, precisam encarar as injustiças da discriminação negativa e demandar reconhecimento, o qual encontra-se ligado à valorização do grupo e ao reconhecimento de suas especificidades (FRASER, 2006 b).

O exercício de suas atividades remuneradas nas associações de reciclagem de Erechim/RS, na atualidade se coloca como uma possibilidade de garantia de trabalho e obtenção de renda para esse público. No ano de 2020, a renda média mensal dos catadores e catadoras da associação de reciclagem A4 foi de R$ 1.118,22. Valor acima do salário mínimo estipulado para o período que foi de R$ 954,00. Além disso, a organização em espaços de autogestão, voltados para a economia solidária possibilita que se tenha uma flexibilidade em relação aos horários de exercício da ocupação, o que acaba por beneficiar as mulheres catadoras, uma vez que, a maior parte delas além das atividades de catadora, ainda são as principais provedoras de seus lares, sendo responsáveis pelo espaço doméstico e reprodutivo.

As associações permitem que se construam laços de união e solidariedade entre as catadoras, que ao falarem desses espaços associativos, se referem a eles como uma família em que uma pessoa ajuda a outra. Além disso, as associações se constituem como espaços políticos, de tomada de decisão e de luta para a garantia de direitos, aspectos que acabam por possibilitar que catadoras adentrem e ocupem esses espaços de poder, como a presidência, tesouraria, etc. Isso reverbera em legitimidade e reconhecimento para a ocupação e formação política e emancipação para as mulheres catadoras.

Ao serem excluídos do processo de tomada de decisão, acerca de projetos e políticas que os afetavam diretamente, se organizam de forma coletiva, com o intuito de viabilizar alternativas de trabalho e geração e renda, que os congregue, a partir das ferramentas que tem disponíveis ao seu alcance. Catadores e catadoras se organizam e vão à luta com a intenção de garantir trabalho, subsistência, reconhecimento, garantia de direitos e visibilidade para suas pautas e demandas. As associações sob o escopo da economia solidária, se colocam como uma possibilidade para o desempenho da atividade de catar materiais com um pouco mais de dignidade.

6. Considerações finais:

Os aspectos que perpassam a atividade de catação de materiais recicláveis são vários e complexos. O público feminino que exerce a catação de materiais recicláveis é caracterizado majoritariamente por mulheres negras que vivem de forma precária. Algumas dessas mulheres entram para associações e cooperativas de reciclagem como uma forma de melhorar as condições em que se encontram. No entanto, problematizar as questões de gênero e raciais que estão postas na estrutura do mercado de trabalho e se reproduzem em espaços como a economia solidária, que se guia por princípios como a equidade, igualdade entre outros, é de suma importância, na medida em que algumas pessoas (mulheres negras) estão condicionadas à espaços marginais no meio social.

Assim, a luta por reconhecimento dos catadores e catadoras, em alguma medida é uma luta pela humanidade, pela cidadania e pela valorização. Esses sujeitos e sujeitas contribuem de forma significativa com a sociedade e com o meio ambiente. Assim, a ressignificação da ocupação, não ocorre somente nas condições de precariedade em que estão submetidos e submetidas no desempenho da ocupação, mas também na esfera individual, através da garantia de pertencimento a um espaço. No caso das mulheres, um pertencimento que pode fazer com que elas adquiram renda, trabalho e sejam as principais agentes na problematização das hierarquias de gênero e opressão que possam surgir dentro dos espaços associativos.

RECEBIDO EM 25/10/2021
APROVADO EM 18/01/2022

7. Referências bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. Proletariado digital, serviços e valor. In; **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. As metamorfoses o mudo do trabalho. In: **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 11ºed. Cortez editora, Editora da Unicamp: Campinas /SP, 2006.

BENINCÁ, Dirceu. **Reciclando a (des)ordem do progresso**. Arcan: uma alternativa sócio-ambiental. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BIROLI, Flavia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, 2016.
CARNEIRO. Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: Ashoka empreendimentos sociais; Takano cidadania (Org.). Racismos contemporâneos, Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

_____. **A construção do outro como não- ser como fundamento do ser**. Tese de doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2005

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica de salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. Editora Vozes: Petropólis/RJ, 1998.

CATTANI, Antônio David. HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de trabalho e da tecnologia**. 2º ed. Porto Alegre/RS: Zouk, 2011.

CUNHA, Marina Roriz Rizzo Lousa da. Lixo, identidade e trabalho: a construção da identidade dos catadores de materiais recicláveis associados de Goiânia**.** Revista **Sociedade e Cultura**: Goiânia/GO, v.14, n.1, jan. /Jun. 2011.
CHERFEM, Carolina Orquiza. Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: Desafios de um setor. In: **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. PEREIRA, Bruna C. J; GOES, Fernanda L. (org.). Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candini.1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIO-ECONÔMICOS. Inserção da população negra no mercado de trabalho. 2019. Disponível em: < https://www.dieese.org.br/analiseped/negros.html> Acesso em: 04 dez. 2019.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis/SC, 2007.

_____. La justicia social en la era de la política de la identidad: Redistribución, reconocimiento y participación. FRASER, Nancy; Honnet, Axel In: **Redistribución o Reconocimiento? Un debate político-filosófico** Madrid: Ediciones Morata, 2006 a.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas de justiça numa era pós-socialista. **Cadernos de campo**, São Paulo, nº 14/15, 2006 b.

GIROTTO, Juliana Carla. **Educação Popular na construção de alternativas de economia solidária: Um estudo de associações de catadores em Erechim/RS**. Dissertação de Mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.
HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades/Erechim, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/erechim/panorama> Acesso em: 05 dez. 2019.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP,** n. 86, mar. 2010.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 56, v. 19, out. 2004.

LOBO. Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência.** 1º ed. São Paulo/SP: Editora Brasiliense, 1991.
MARTINS, Clitia, H. B. Catadoras/recicladoras na Região Metropolitana de Porto Alegre: organização do trabalho e identidade ocupacional. **Revista Mulher e Trabalho**, v.5, 2005.

_____. **Trabalhadores na reciclagem do lixo**: dinâmicas econômicas, sócio ambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MOVIMETO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). Mulheres são maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis, **2014. Disponível em: <** http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas**> Acesso em: 08 dez. 2019.**

PEREIRA, Ana Carolina Lemos; DAL SECCO, Letícia Dal Pino; CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. A Participação das Cooperativas de Catadores na Cadeia Produtiva dos Materiais Recicláveis: perspectivas e desafios. **Psicologia Política**, v. 14, n 29, 2014.
RIBEIRO, Izaque M. MACHADO, Paula S. NARDI, Henrique C. Catadoras (es) de materiais recicláveis e as possíveis articulações entre trabalho precário e relações de gênero. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.15, n.2, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SILVA, Sandro; GOES, Fernanda; ALVAREZ, Albino. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável** – Brasil. Brasília: SGPR/Ipea, 2013.